



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

O ESTADO BRASILEIRO E A DISPUTA DE PROJETOS SOCIAIS: O AVANÇO DO REACIONARISMO CONTRA AS SOCIABILIDADES LGTBS

VALDENIZIA BENTO PEIXOTO¹

Resumo: A formação sócio-histórica brasileira foi erigida por um conjunto de valores moralistas acerca dos corpos, dos gêneros, das sexualidades e dos comportamentos de indivíduos determinados por um padrão unívoco da heterossexualidade. Atualmente, o Estado brasileiro vive um momento de acirramento de projetos societários que se confrontam entre a manutenção hegemônica do moralismo reacionário e a ruptura destes, a luta e a garantia de direitos plenos à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Este artigo se propõe a analisar tal investida conservadora, enfatizando os determinantes políticos, históricos, culturais assim como a resistência da população LGBT no Brasil.

Palavras-chave: LGBTs; Sexualidades; Reacionarismo.

Abstract: The Brazilian socio-historical formation was founded by a set of moral values about the bodies, the genders, the sexualities and the behaviors of individuals determined by a unique pattern of heterosexuality. Currently, the Brazilian State is experiencing an worsening of societal projects that are confronted between the hegemonic maintenance of reactionary moralisms and the rupture of them, the fight and the guarantee of full rights to the population of Lesbian, Gay, Bisexual, Travestis and Transsexual. This article aims to analyze this conservative offensive, emphasizing the political, historical, cultural determinants as well as the resistance of the LGBT population in Brazil.

Keywords: LGBTs; Sexualities; Reactionarism.

1. INTRODUÇÃO

O passado colonialista brasileiro é caracterizado pela construção e execução de valores moralistas que perpassam, indissociavelmente, relações sociais fundadas no patriarcado, no racismo, no heterossexismo e na exploração e dominação de classe. Tais valores engendram uma base estruturante da sociedade que conduziram paradigmas moralistas desde o Brasil colônia até a contemporaneidade. O fato é que, mesmo transpassados cerca de 400 anos, ainda persistem máculas das abordagens de crime, doença e pecado sobre as homossexualidades. As razões da permanência deste tipo

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: <val.peixoto@gmail.com>

de abordagem neste século XXI podem se diferenciar daqueles do período seiscentista. O que se encontra em voga hoje é um amálgama de discursos engendrados por algumas frentes que representam o poder hegemônico de uma elite política, econômica e religiosa. Essa mesma elite que está no controle do Estado brasileiro se emaranhou nas instituições de poder, que não se restringem mais à tríade do executivo, legislativo e judiciário. Hoje soma-se, mesmo informalmente a esses três poderes republicanos, o poder religioso e o midiático, formando, portanto, um pentágono estruturado e coeso de dominação.

Porém, ao falar do Estado, parte dos valores moralistas da realidade brasileira contemporânea é estruturada a partir do conservadorismo e o fundamentalismo religioso impregnados nos poderes legislativos, interferindo diretamente nas pautas dos direitos humanos e de LGBTs. Foi com nesse ensejo que na última eleição nacional, ocorrida em outubro de 2014, para a escolha dos cargos do legislativo federal e do executivo, ficou comprovada a existência de um pleito que elegeu a bancada parlamentar mais conservadora e atrelada aos interesses do capital agroindustrial, do armamento e do punitivismo, bem como das grandes instituições/empresas de cunho religioso. Desde as campanhas eleitorais já havia um palco de polarização em torno de uma agenda moral sobre temas como descriminalização do aborto, legalização do uso da maconha, redução da maioria penal e casamento entre homossexuais. O caráter reacionário e conservador, composto por uma ampla maioria de deputados/as no Congresso Federal, logrou desde os primeiros meses após a eleição um apelido de “Bancada BBB”, sendo a sigla representante das palavras Boi, Bala e Bíblia. A “Bancada BBB”, foi composta por deputados/as que são ou que mantêm assídua defesa dos interesses políticos e econômicos de fazendeiros, oficiais militares e do mais alto escalão de líderes religiosos cristãos (em particular, neopentecostais). Deste modo, atuam em benefício do agronegócio (boi), da indústria do sistema prisional e segurança privada (bala) e do fundamentalismo religioso (bíblia).

O cenário de devastação social, política e econômica no Brasil nos últimos três anos após as eleições (2015, 2016 e 2017) foi ainda alargado pela crescente onda conservadora e moralista instaurada no Congresso Nacional.

Foi elaborado desde então um discurso odioso e criminalizador, principalmente contra a população LGBT e contra as mulheres. Parlamentares da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE), teceram propostas de leis e emendas parlamentares que inibiram qualquer avanço acerca da livre orientação sexual, mantendo um clima de medo e repressão até mesmo contra os recentes ganhos jurídicos da população LGBT. O problema se torna mais assustador quando tais deputados/as, se sentindo ofendidos/as por comentários de jornalistas, professores/as contrários aos seus discursos, partem para judicialização, processando profissionais que insurgem contra tais discursos.

Apontar este debate sobre a ofensiva regressiva de alguns parlamentares da Câmara Federal desponta um ponto bastante intrigante e que se destaca no presente artigo, qual seja, a simbiótica, e por que não dizer histórica, relação entre o poder político-econômico e o poder religioso entranhado nas relações sociais estabelecidas no Brasil. O destaque a ser considerado só confirma o pensamento de que os valores morais, especificamente em torno das sexualidades, carregam uma forte influência e determinação dessas duas esferas. Dessa maneira, ocorre uma dupla violação de direitos constitucionais, ou seja, uma no âmbito da laicidade do Estado e outra no âmbito da plena garantia de igualdade civil, uma vez que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais é ceifada por ambos.

Uma avalanche conservadora ergueu-se com força e em larga dimensão, dentro e fora do Congresso Nacional, seduziu milhares de pessoas com a mais ordinária demagogia. O brado moralista fez emergir uma amarga e assombrosa lembrança de um passado recente do país, o golpe militar de 1964. Mais de 50 anos depois, um novo golpe político foi executado no Brasil, onde, em nome da ordem, da ética, da moral e dos bons costumes, as forças reacionárias conseguiram se instalar nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e iniciar a implantação do seu projeto de destruição de políticas públicas (trabalhista, previdenciária, cultural, educacional) e regressão dos direitos sociais específicos voltados para mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas e LGBTs.

Pouco há de obsoleto ou arcaico nesses discursos apologéticos ao heterossexismo e outras modalidades de violência, eles são dimensões de um

projeto, por ora, hegemônico que possuem interlocutores/as não só no parlamento, mas em diversas esferas da sociedade civil. O Estado, por sua vez, não passa incólume ante a problemática, ao contrário, por vezes reforça através do machismo e do racismo institucionais praticados escancaradamente por representantes desses órgãos. Assim, o espectro da violência contra LGBT não se intimida, tampouco recua, mas se acentua e encontra vetores dentro e fora das instituições públicas.

Tornou-se comum a exposição de frases por líderes políticos tais como “bandido bom é bandido morto”, “não te estupro porque você não merece”. Até mesmo o atual presidente da república, Michel Temer, no discurso de celebração do dia Internacional das Mulheres, em 08 de março de 2017, debochou da capacidade das mulheres acerca de assuntos econômicos, reduzindo o conhecimento destas a preços de produtos em supermercados: “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preço no supermercado do que a mulher.”²

Discursos como esses, proferidos pelo presidente e deputados federais e estaduais, são o termômetro do plano traçado por um grande e complexo projeto conservador, que tem como pilar o sexismo, a misoginia, o racismo e demais valores que oprimem e hostilizam a maioria da população brasileira. Ademais, tais discursos alimentam e produzem não só práticas potencialmente letais contra LGBTs, negros/as, indígenas, quilombolas e mulheres, mas, pior que isso, fortalecem uma lógica sociocultural estruturante e basilar da sociedade brasileira, que pode perdurar dezenas de anos para ser minimamente fissurada.

Um dos espaços de problematização e resistência aos ataques dos fundamentalismos religioso, social e político contra LGBTs no âmbito da sociedade civil são os espaços de produção acadêmica a serviço da militância e vice-versa. Através de estudos e pesquisas, além de atividades junto aos movimentos sociais, a academia agrega um importante e fundamental espaço de desvelamento das relações sociais de opressão e dominação. O Serviço Social, tem sido uma profissão que demonstrou resistência e luta contra os

² Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/mulher-ainda-e-tratada-como-figura-de-segundo-grau-no-brasil-diz-temer.ghtml>>. Acesso em: 02.jul.2018.

ataques conservadores advindos de vários espaços políticos e sociais. É fato que a profissão não está imune a onda conservadora, mas a categoria resiste de forma orgânica por via de suas entidades representativas da profissão (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) elaborando instrumentos que subsidiam a prática profissional em consonância com o Projeto Ético Político Profissional. Prova disto foi a elaboração da Resolução nº 845 do Conselho Federal de Serviço Social que dispõe sobre a atuação do/a assistente social sobre o processo transexualizador, emitida em fevereiro do corrente ano.

2. DESENVOLVIMENTO

Percebendo o desenvolvimento do Estado brasileiro e compreendendo parcialmente seu modelo político, seu processo de construção social e moral, e, sobretudo, seu formato de colonização heterônoma, é possível observar que este ainda conserva uma herança de valores arcaicos. A grande maioria da população formada por mulheres, negros, indígenas, crianças, LGBTs ainda padecem com a submissão em relação ao patriarcado e ao racismo.

Isto, aos poucos passa a constituir o modo de vida e os costumes de um povo, onde os valores imputados de uma classe social, de um grupo racial, de um grupo heteronormativo e de homens contra outra classe social, outros grupos raciais, minorias sexuais e contra as mulheres implicam no modo de sociabilidade cultural opressivo e na dinâmica do exercício de poder entre indivíduos. O sistema capitalista, o modelo político-econômico neoliberal, provoca um modo de distribuição extremamente desigual das riquezas produzidas e, além disso, no Brasil se instituiu desde a colonização de uma administração pública fundada no patrimonialismo. Com isso surge um modelo de controle das vidas pautados pelo paradigma do conservadorismo, mas sobretudo, do heteropatriarcado, do racismo e da exploração de classe.

O controle da vida pela política é explicitado por Michael Foucault no último capítulo da *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. É nesse ensejo que o autor afirma: “o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 2001, p. 129) e, ainda, completa que a compreensão da vida já não é mais

inacessível. Entretanto, “cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, 2001, p. 134).

Giorgio Agamben (2010) também desnudou a compreensão da vida a partir das incursões de Foucault sobre a biopolítica, quando esta passa a ser contemplada como fulcro dos direitos humanos pela sociedade global. Eclode no século XX, a vida como um bem ineliminável, pautada pela noção de “cidadania”. O fato é que o apelo pela cidadania e pelo direito à vida esbarra continuamente na feroz corrida dos projetos hegemônicos de poder, que, por sua vez, delimitam a própria liberdade inerente à vida. Desse modo, tanto a cidadania quanto os direitos básicos de uma vivência livre e plena, ambas inscritas numa conjuntura capitalista, padecem num paradoxo entre liberdades *versus* violações de direitos. Agamben fundamenta que “as declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação” (AGAMBEN, 2010, p.124). Nesse sentido, os interesses dos Estados-Nação, pautados em agendas específicas para a manutenção do poder econômico e político, voltam a gerar o conflito de projetos societários e, por conseguinte, o paradoxo apontado anteriormente. Para o autor, essa é umas das características fundantes da biopolítica, qual seja, a peneira moral e social que seleciona quem pode viver plenamente, porém conforme os paradigmas impostos de quem não se enquadra nesses paradigmas e, portanto, com vidas vilipendiadas. Nas palavras de Agamben, são aqueles que estão dentro contra aqueles que estão fora:

Uma das características essenciais da biopolítica moderna (que chegará, no nosso século [século XX], à exasperação) é a sua necessidade de redefinir continuamente, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora. (AGAMBEN, 2010, p. 127).

A inscrição da política na vida, ou seja, as estruturas sociais e instâncias públicas e privadas da sociedade que administram os corpos e comportamentos dos sujeitos, estão, segundo Foucault (2001), mais calculistas e refinadas do que na época clássica. No entanto, essas considerações poderiam levar a crer que a sociedade prescinde o sujeito, ou seja, que a forma de efetuar a política dos corpos e da vida em sua totalidade estaria já ditada e

fechada, conforme os interesses dos governantes e dos modelos de governabilidade. Em certa medida, em sistemas políticos absolutistas e totalitarista essa contração entre poder soberano e a vida (passível de viver ou de morrer) foi arquitetada. Porém, graças à dinâmica das contradições posta na realidade social, outros modelos políticos surgiram para garantir não apenas o agenciamento, mas também potencializar os processos de transformações e revoluções políticas, econômicas e culturais na humanidade.

Contudo, o espectro do controle e do disciplinamento paira nas sociedades modernas em geral, de uma forma que praticamente inviabiliza o pensamento e a ação autônoma e independente dos sujeitos. A capacidade de aprofundamento de análises críticas dos sujeitos, numa perspectiva política-cultural libertária, é continuamente solapada pelos organismos de controle ideológico e disto decorre não um assujeitamento dos indivíduos, mas um consentimento alienado da gestão de suas próprias vidas. Embora Foucault (2001) relacione o poder de gerenciar a vida numa incursão pela esfera política, há também outras estruturas que asseguram e dão substância ao biopoder, como, por exemplo, a esfera econômica.

As relações sociais de poder, que produzem opressão e exploração dos corpos, também estão associadas ao poder econômico, assentado no modo de produção capitalista. São esferas indissociáveis e sobre isso o autor aponta que

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2001, p. 132).

O controle dos corpos, dos comportamentos, das sexualidades e das demais subjetividades e objetividades da vida são imprescindíveis para o desenvolvimento do sistema capitalista, mas não só. Este sistema não se sustenta sem outros mecanismos sistêmicos que garantem o poder, como o sistema patriarcal e o sistema escravocrata mercantil. Sobre este último é importante inferir que no Brasil perdurou por mais de 300 anos, e, mesmo extinto de modo legal, os reflexos do racismo como ideal de identidade nacional e do processo civilizatório implementado no Brasil ao longo dos

séculos ainda é premente. Neste sentido, não há como analisar os corpos e o gerenciamento deste na sociedade, sem recorrer às análises da constituição dos valores políticos do capitalismo, do racismo e do patriarcado na vida.

A vida, ou a integridade desta para todas as pessoas, ainda não é possível, não somente pela ineficiência dos Estados, mas, sobretudo, pela não priorização e não interesse de toda a sociedade em manter algumas vidas possíveis de serem vividas (BUTLER, 2017). Não importa se existem leis, princípios e orientações políticas universais para a manutenção da vida, uma vez que os sistemas estruturadores da sociedade fazem suas escolhas de quantas e quais vidas merecem viver plenamente e quais são necessárias serem extintas para a própria manutenção e desenvolvimento desses mesmos sistemas, bem como da sustentação do próprio Estado. Portanto, a vida é um objeto político (FOUCAULT, 2001), e, como tudo que é político, há disputas intrínsecas de poder. Nesse sentido, a centralidade da vida não está em preservá-la incondicionalmente, mas, sim, em tentar manter aquelas que correspondem à égide dos paradigmas estruturadores da sociedade contemporânea, as que não se adequam são eliminadas pelos três sistemas apontados anteriormente.

Para dialogar com essas questões, é fundamental perceber que a construção do espaço público da política brasileira é saturada de interesses particulares, de projetos individuais e do patrimonialismo material e ideológico. A característica mais enérgica da biopolítica no caso da sociedade brasileira é o amálgama sórdido entre privado e público, ou seja, a influência de valores moralistas e conservadores permeando agendas de interesse público e plural. Disto decorre a herança histórica de valores morais erigidos principalmente na instituição “família” como eixo central para a manutenção do poder político e econômico que medeia o espaço público brasileiro. A concepção de família heterossexual, branca e cristã é posta no cume paradigmático da moralidade e, com isso, afugenta direitos de pessoas não padronizadas nesse cenário de gêneros binários, cisgêneros e de orientação sexual hétero.

Essa estruturante moralidade, calcada no seio da família, da religião e do Estado brasileiro, configura não só a identidade daqueles que exercem o poder na nação, mas também calcifica as estratégias de um projeto valorado

em elementos históricos do sistema capitalista e patriarcal. Ressalto que a engrenagem do capitalismo brasileiro se alinhou, desde sua gênese, se retroalimentando ao sistema patriarcal e ao modelo político-econômico de exploração e opressão fundados no sistema escravocrata. O machismo, a misoginia, o sexismo e o racismo no Brasil não são elementos que apenas condicionam a opressão e exploração “simbólica” das questões de gênero/sexualidades e raça/etnia. Ambos possuíram e ainda possuem um mecanismo autônomo e concreto atuando de modo articulado com a exploração oriunda da esfera econômica.

Em certa medida, a identidade cultural do Estado-Nação brasileiro é fundada nesses três sistemas que operam historicamente a opressão, dominação e exploração e, para se manterem legítimos e hegemônicos, construíram mecanismos de apoio para seu projeto de sociedade. Assim, o capitalismo se vale da extração da força de trabalho e da propriedade privada (inclusive, dos corpos), além da ideologia moralista de que o trabalho “dignifica o homem” (mesmo em situação extremamente precária); o patriarcado se ancora no sexismo e na misoginia, utilizando em vasta medida a instituição “família patriarcal e heteronormativa” para reprodução dos seus interesses e, por fim, o sistema racista-mercantil, como expressão da herança escravocrata, que vilipendia corpos negros e hierarquiza racialmente a população, tendo durante muito tempo a medicina eugenista a seu favor. Assim, o tripé composto pelos sistemas capitalista, patriarcal e escravocrata foi (e ainda é) indissociável para a análise das violências tangenciadas pelos gêneros, sexos, raças e etnias.

No entanto, em todo e qualquer contexto de opressão há a resistência incansável de sujeitos organizados em coletivos que confrontam os modelos impostos aos gêneros e às sexualidade. As pautas e bandeiras de luta dos movimentos sociais (LGBT, feministas, estudantis e sindicais), partidos políticos, entidades de categorias profissionais (principalmente os Conselhos Federais de Psicologia, Serviço Social, Medicina, Enfermagem e outros) e demais instituições que lutam politicamente por direitos têm inserido crescentemente demandas que correspondem ao reconhecimento das liberdades e das diversidades sexuais. Diante de níveis alarmantes das

violações de direitos e da percepção que essas lutas se interseccionam com as demandas por reconhecimento de raça/etnia e de classe social, se faz necessária uma ampla frente de combate. Refiro-me em combate porque realmente o que se trava na sociedade brasileira é uma guerra entre setores ultraconservadores contra LGBTs vinculados a grupos religiosos fundamentalistas, sobretudo, aos neopentecostais, além de neonazistas (skinheads) organizados ou não em associações políticas.

De certo, não há comprovação ou dados que demonstrem que religiosos neopentecostais são agressores imediatos, assassinos de LGBTs ou mesmo que todas as pessoas e todas as denominações neopentecostais são intolerantes, mas indubitavelmente, o proselitismo religioso fundamentalista é responsável por instigar o preconceito, motivar agressões e majorar a rejeição contra as diversas homossexualidades e as travestilidades. Tatiana Lionço (2017) aponta esse debate do fundamentalismo como opositor pernicioso ao princípio da laicidade no Estado brasileiro, da ética e, sobretudo, dos direitos humanos. Tal debate está na agenda de ativistas feministas e LGBTs, pois o ataque aos direitos dessas pessoas sofre ameaça voraz dos políticos nas mais diversas esferas estaduais e federais. A autora completa:

O fundamentalismo religioso é expressão de forças políticas conservadoras extremistas que utilizam as polarizações morais para fins de demarcação de nichos eleitorais. Primando por projetos políticos de enfraquecimento do Estado de direitos, legitimam a exclusão e/ou precarização de direitos a determinados segmentos populacionais em prol da manutenção de privilégios para grupos em situação de poder hegemônico em um contexto social desigual. (LIONÇO, 2017, p. 212).

Longe de se aprofundar nos elementos que circundam o debate das organizações políticas dos movimentos LGBTs em torno do seu reconhecimento pelo Estado, Nancy Fraser (2001) apresenta importantes apontamentos que podem contribuir para o debate num sentido mais amplo, associando o reconhecimento das identidades precarizadas à redistribuição da renda socioeconômica. O reconhecimento se insere na dinâmica das relações sociais, na medida em que há na sociedade fatores que valorizem identidades historicamente subalternizadas. Para isso é necessário uma série de medidas de reparação, inclusão e manutenção das condições de vida de grupos

historicamente desprivilegiados, tanto objetiva quanto subjetivamente.

No entanto, é importante atentar que o fato de lutar por reconhecimento não significa apenas a inserção do nome social de pessoas transexuais e travestis, a permissão jurídica para o casamento, constituir a união estável entre casais homossexuais, a adoção de filhos/as por esses casais ou até mesmo outros acessos às políticas sociais (planos previdenciários, inclusão de companheiros/as como dependentes em planos de saúde e similares), mas o reconhecimento pleno das liberdades individuais e coletivas nas diversas injunções e representações do Estado – suas leis, instituições, processos institucionais, destino de recurso público, agentes capacitados para atender aos grupos minoritários, etc.

Nos marcos do sistema capitalista, há um politicismo oportunista e uma promoção fisiologista em torno de ações políticas que lhes propicia algum tipo de lucratividade. Algumas dessas políticas, que não foram meras concessões de governos, mas sim resultados de bandeiras históricas de lutas dos movimentos sociais LGBTs, estão totalmente imersas na lógica dos “direitos compulsórios” da sociedade vigente. O que chamo de direito compulsório são aqueles que, para serem acessados, é necessário estar, minimamente, dentro dos padrões sociais e civis que regem a sociedade. Por exemplo, uma travesti em situação de rua, que não possui os mais ínfimos direitos (moradia, transporte, saúde, educação) está totalmente à margem do acesso às políticas destacadas acima. Neste exemplo, esse sujeito antes de requerer o reconhecimento de sua identidade política e civil, ou seja, o nome social, luta dia e noite para se manter viva. A garantia da vida, num país que é o maior assassino de travestis, é algo escasso e, portanto, algo absolutamente primordial.

Assim, a luta por reconhecimento transcende políticas minimalistas (casamento, adoção, nome social) do Estado e do mercado capitalista, mesmo compreendendo que estas são ferramentas importantes no caminho das liberdades e pluralidades sexuais e de gênero/raça. O reconhecimento integral das diversidades sexuais e de gênero/raça perpassa fatores como a luta social organizada em movimentos sociais, mas também ações estruturais na cultura societária que garantem não só o reconhecimento de “fora pra dentro”, mas de

“dentro pra fora”, ou seja, que LGBTs orgulhem-se de si, valorizem suas identidades, construam novos referenciais a partir da dinâmica de suas próprias vivências gendradas e racializadas. Essas questões foram, ao longo da formação da sociedade brasileira, aplacadas. Assim sendo, o Estado e a sociedade possuem uma dívida histórica, moral, cultural e social com as diversidades no âmbito do corpo, da sexualidade e do gênero/raça.

Não é de hoje que se destacam tais violações, mas é recente o tempo em que as violências contra LGBTs é problematizada para além do véu do moralismo e conservadorismo. Há pouco mais de quatro décadas que o tema, ora antes encarado como tabu, se projetou nos estudos das Ciências Sociais, Humanas e da Saúde com um caráter menos moralista e mais crítico, rumo à busca de outras epistemologias que pudessem garantir a defesa dos direitos e o alcance das liberdades e das diversidades sexuais e de gênero. Aproximando essas questões a partir das orientações teóricas, éticas e políticas do Serviço Social, é imprescindível sincroniza-las à um tema extremamente caro à profissão que é o entendimento de projetos societários.

No bojo do Serviço Social, é importante ressaltar que ao longo do desenvolvimento de sua matriz teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, foi consolidado por décadas um projeto profissional que se alia aos interesses da classe trabalhadora, mas não só. O projeto ético-político profissional permanece em consonância com uma base crítica que se coloca em oposição à essa tradição reacionária e conservadora que seglomera na sociedade brasileira. O avanço das produções teóricas/acadêmicas no campo dos debates acerca de gênero, raça, sexualidades e demais pautas que envolvem a defesa dos direitos de mulheres, negros/as, LGBTs é algo notavelmente crescente. As entidades representativas da categoria, ou seja, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO permanecem na defesa ineliminável das pautas progressistas e dos direitos sociais e políticos da população LGBTs.

O fato das entidades representativas da profissão possuírem uma evidente orientação teórica e ético-política de defesa das liberdades e diversidades sexuais, não significa que toda a categoria possui o mesmo referencial. Por vezes, o cotidiano pode suprimir da/o Assistente Social uma

visão e interpretação crítica dos fenômenos sociais, é aqui que adentra a fundamentação teórica, como uma ferramenta indispensável para a leitura crítica e criativa da realidade. O desenvolvimento dos estudos da sexualidade LGBT junto ao Serviço Social desafia a realização de uma síntese da violência historicamente demarcada pela invisibilidade do tema tanto em nível teórico-acadêmico, quanto técnico-interventivo. Além disso é premente a associação da temática à constituição das assertivas ético-políticas que engendram o projeto profissional, fundado em princípios libertários e na perspectiva da emancipação política e humana.

Portanto, as pesquisas, estudos, projetos de extensão produzidas nos cursos de Serviço Social sobre as sexualidades, gêneros, feminismos e LGBTs, a partir de uma tradição libertária e crítica, pode promover importantes ferramentas de combate ao preconceito. Além disso, possibilita orientar o exercício profissional em favor de pessoas LGBTs, garantindo os direitos e, sobretudo, as vidas daqueles/as que sempre foram reféns do sistema patriarcal.

3. CONCLUSÃO

Denunciar os limites e as restrições da cidadania vivenciada pela população de lésbicas, gays, travestis, transgêneros é uma tarefa hercúlea que se expande nas agendas políticas de ativistas dos movimentos sociais, acadêmicos(as) e parlamentares em todo o mundo (e que se afasta dos direitos familistas e patrimonialistas em que se funda o nosso Estado e a nossa sociedade). Em termos gerais, quando se fala em cidadania há uma alusão aos direitos dentro dos marcos civis e políticos dos Estados democráticos, onde a sociedade civil e o Estado traçam uma relação direta entre a consumação dos direitos e o exercício dos deveres. Porém, ao ampliar esse debate, pode-se observar com precisão uma série de assimetrias no que diz respeito aos direitos universais. O acirramento das assimetrias perpassa principalmente as questões de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade, dentre outros fatores. É pouco provável a garantia dos direitos que envolvem a plena cidadania sem questionar os dilemas sofridos por milhares de pessoas que não a vivenciam

dentro dos padrões normativos da sociedade capitalista contemporânea. Assim, como falar de liberdades e de direitos para toda a população dentro de um Estado democrático, sem que haja liberdade de afetos por pessoas que não possuem uma orientação heterossexual ou que são impedidas de exercerem identidades de gênero diversas?

Dessa maneira, fica incontestável que o Estado e sua jurisprudência têm uma lacuna no que tange ao dever em resguardar os corpos de sua população, sua integridade física e suas vidas em totalidade. E, embora fuja do controle estatal a segurança e a preservação de algumas vidas, isso não o faz de todo irresponsável. Contudo, a negligência continua a tender mais fortemente contra corpos LGBTs, por outros aspectos, como a falta de políticas públicas específicas e prioritárias para tais pessoas, bem como a partir da falta de perspectiva de investigação e análise das mortes oriundas de um olhar das desiguais e violentas relações de gênero na sociedade brasileira.

Considero que esses fatores estão inclusos numa dinâmica sistêmica, que abrange um complexo integrado entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo como planos articulados de opressão. Pode-se então considerar a violência contra LGBTs uma célula de um grande sistema, tal como o machismo e o sexismo estão ligados ao patriarcado, a discriminação assegurada pelo racismo e o trabalho alienado, como fruto do modo de produção capitalista? Algumas razões podem apontar tal violação como sistêmica, afinal, este aparato se alimentou e se retroalimenta de ideologias que zelam pela hegemonia de poderes que oprimem, excluem, exploram e, acima de tudo, criam paradigmas históricos nas relações entre indivíduo e sociedade. Se entranha também nas micro e macro relações e atinge não só os corpos, mas a consciência, os espíritos, as instituições públicas e privadas.

O Brasil, na atual conjuntura, sofre profundamente com os reflexos e as atualizações do golpe jurídico-civil-parlamentar, que provocou uma ampla desestruturação dos organismos estatais de promoção e defesa dos direitos humanos e LGBTs, além do desmonte de políticas sociais fundamentais para o avanço de uma cultura e educação emancipatória em termos das diversidades

humanas³. Além disso, tais medidas estão sintonizadas com os interesses de uma burguesia neoliberal, forjada em grupos políticos que ocupam o parlamento e que uma grande parcela desses políticos também promove a disseminação de um fundamentalismo religioso que avilta qualquer incentivo em prol de direitos sociais e civis da população LGBT.

Portanto, a superação violência histórica contra LGBTs requer a dissolução de sistemas e dispositivos que operam nessas frentes e em tantas outras, e que para tal feito é urgente um amplo diálogo para problematizar esses pontos, assim como criar estratégias de ruptura. O projeto de sociedade engendrado pelos grupos que detêm a hegemonia política, econômica e religiosa está na contramão do que se almeja para uma sociedade socialmente e culturalmente livre de preconceitos, abjeções e estigmatizações contra raça, classe, gênero e sexualidades.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão técnica Carla Rodrigues. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: EdUnB, 2001, p. 245-282.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, p. 208-223, 2017.

³ Com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95) em dezembro de 2016, conhecida como "PEC do fim do mundo", o atual governo conseguiu o congelamento dos gastos públicos federais das políticas sociais básicas (educação e saúde) pelos próximos 20 anos, implicando no arrefecimento do desenvolvimento em áreas como cultura, pesquisas científicas e saúde para toda a população.